

Preservação de Acervos Arquivísticos e Promoção da Cultura Local

Área Temática de Cultura

Resumo

O objetivo dessa comunicação é apresentar algumas reflexões sobre as ações do programa de extensão Documentação e Memória, registrado no Banco de Dados de Extensão - BANDEX da UFPB, e que se encontra articulado ao grupo de pesquisa Documentação e Memória Regional, registrado no Diretório do CNPq. Tanto a extensão como a pesquisa nessa área têm como base de apoio o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR da UFPB. Esse programa conta com a participação de técnicos, professores e alunos dos cursos de graduação de História e de Biblioteconomia e apresenta três grandes linhas de ação, quais sejam: a) capacitação de recursos humanos com cursos de extensão em organização de arquivos; b) promoção da memória e história local em comunidades; e, c) assessoria e organização de acervos institucionais. Os procedimentos metodológicos fundamentam-se na interdisciplinaridade das áreas de história, biblioteconomia e arquivologia. Os resultados obtidos com a realização de cursos de extensão, organização de acervos e desenvolvimentos de projetos de memória demonstram o alcance e o potencial da ação da universidade na mudança de postura frente à preservação e ao uso dos bens culturais pela comunidade como direito de cidadão e, ao mesmo tempo, como responsabilidade de todos.

Autoras

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Profa. Dra. do Departamento de História
Laudereida Eliana Marques Moraes, Especialista do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFPB

Instituição

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Palavras-chave: cidadani; patrimônio documenta; memória

Introdução e objetivo

O objetivo dessa comunicação é apresentar algumas reflexões sobre as ações do programa de extensão Documentação e Memória, registrado no Banco de Dados de Extensão – BANDEX, da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba. Esse programa encontra-se articulado ao grupo de pesquisa Documentação e Memória Regional, registrado no Diretório do CNPq, e conta com a participação de técnicos, professores e alunos dos cursos de graduação de História e de Biblioteconomia.

Uma das motivações para a implementação desse programa foi a perspectiva de contribuir para mudar a visão distorcida que predomina na sociedade, que não vislumbra o valor dos arquivos como testemunhos da ação das instituições públicas e privadas, como assegurador de direitos do cidadão e como fator cultural relevante na construção da identidade local, causando uma verdadeira destruição dos registros do nosso passado remoto e, mesmo recente.

Nesse sentido, Camargo e Machado afirmam que “os administradores tendem a ver apenas os valores imediatos da documentação, não se preocupando com seu conteúdo histórico. A consequência tem sido a destruição indiscriminada ou o acúmulo caótico de conjuntos documentais básicos para a reconstituição do passado municipal. No outro extremo

ficam os que, supervalorizando a utilização do acervo para a pesquisa histórica, desconhecem a importância da fase inicial de arquivamento. Os resultados têm sido, entre outros, a perda de provas de direito dos cidadãos, a imprecisão no fornecimento de subsídios para o processo decisório e sérias lacunas no acervo documental potencialmente importante para a investigação retrospectiva” (1996, p. 99).

Os problemas existentes na área do patrimônio arquivístico são inúmeros e demandam soluções e medidas que passam por várias esferas de poder e decisão. Dentre estes, apresentamos alguns que consideramos altamente relevantes:

- a) constantes perdas de parcelas do patrimônio documental público;
- b) inexistência de instituições arquivísticas públicas municipais, com raras exceções;
- c) baixo índice de integração informacional das instituições detentoras de acervos;
- d) inexistência de normas nacionais que tratem de todos os procedimentos da arquivística;
- e) deficiência na formação arquivística, com poucos cursos de graduação e pós-graduação na área;
- f) pouco investimento na capacitação dos profissionais que atuam nos serviços arquivísticos governamentais;
- g) falta de visibilidade da importância dos arquivos.

Embora reconhecendo a complexidade de cada um desses problemas e a relação entre eles, algumas medidas podem ser adotadas no sentido de superá-los em curto prazo. Sem dúvida, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e o Arquivo Nacional têm um papel relevante nesse processo de definição e implementação de políticas públicas nessa área. Mas, essa responsabilidade também está posta para associações profissionais, organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior, e especialmente as universidades. Nessa comunicação, teremos oportunidade de divulgar como a Universidade Federal da Paraíba vem atuando nesse sentido.

Dentre os objetivos do programa Documentação e Memória destacam-se a disseminação de informações sobre o valor dos arquivos para os gestores, administradores e a comunidade em geral, no desenvolvimento sócio-econômico e cultural da cidade; a capacitação de profissionais que atuam na área de documentação e de pessoas que poderão entrar no mercado de trabalho, nessa área; a contribuição para a identificação, organização e difusão de acervos de valor histórico; a produção de fontes por meio da história oral que complementam os registros impressos existentes; a difusão da necessidade de instituir a avaliação documental como elemento basilar no processo de organização documental; a divulgação da potencialidade dos acervos por meios impressos e virtuais; a propagação de noções de educação patrimonial e cidadania para adolescentes nas escolas públicas.

Metodologia

A preocupação com arquivos e documentos é relacionada, muitas vezes, a uma visão positivista de história, desviando a discussão da questão central, que é a necessidade premente da conservação e preservação da documentação existente. O que não significa dizer preservar tudo, pois os procedimentos de avaliação documental já se encontram normatizados e como uma necessidade urgente a ser implementada. O cuidado com a documentação é imprescindível não só à ciência histórica, pois como afirma Rosa Maria Godoy Silveira, a documentação “...se redimensiona como instrumental de base para muitos outros campos do conhecimento, estreitando uma relação de que ainda pouco se conscientizaram os estudiosos. Essa mesma relação se reveste de uma amplitude maior se a Documentação for concebida sob novas formas, da tradicionalmente forma escrita à oral e visual, cada uma delas desdobrável em tipos específicos. É em decorrência disso que se pode explicar a variedade de arquivos hoje existentes e possíveis (1978, p. 45)

A partir de referenciais dessa estirpe, foram estabelecidas metodologias adequadas às três grandes linhas de ação do programa, que são as seguintes:

- a) capacitação de recursos humanos com cursos de extensão em organização de arquivos;
- b) assessoria e organização de acervos institucionais; e,
- c) promoção da memória e história local em comunidades.

A fundamentação teórico-metodológica dos projetos dessas linhas busca articular os saberes específicos da história, biblioteconomia e arquivologia. Questões como memória e história, informação e preservação, procedimentos de intervenção nos suportes da informação e mecanismos de difusão cultural são algumas das preocupações da equipe que estão presentes na base das ações do programa. A seguir, apresentamos algumas considerações concernentes a cada linha.

Capacitação em organização de arquivos

Os projetos de capacitação em organização de arquivos são destinados prioritariamente aos servidores da administração pública, que lidam com documentos nos diversos órgãos em funcionamento nos municípios, e, em segundo lugar, aos alunos universitários de História e Biblioteconomia e ao público em geral. Os objetivos são disseminar conhecimentos adequados para a gestão da informação em órgãos públicos; orientar na definição de critérios para a destinação documental e na elaboração da Tabela de Temporalidade dos Documentos; oferecer técnicas de classificação e ordenação documental; proporcionar o conhecimento das regras e normas para o gerenciamento de um arquivo; e apresentar as possibilidades de difusão cultural do acervo. Em geral, entre os servidores públicos, o conhecimento nesta área limita-se ao ditado pelo bom senso, contudo, esta proposta de capacitação técnica não desconsidera a experiência pessoal de cada um. A metodologia está fundamentada na concepção do ensino participativo e interativo, com base na bibliografia pertinente, aliando teoria e prática por meio de aulas expositivas, estudo de textos e debates, sessões de vídeo, visitas aos acervos culturais e arquivísticos locais e alguns órgãos da administração pública e, oficinas para aplicação dos conhecimentos adquiridos. A avaliação ocorre de forma contínua, a partir da frequência, participação nas atividades de sala de aula e extra classe.

Assessoria e organização de acervos institucionais

Os projetos de assessoria e de organização de acervos institucionais visam contribuir para a estruturação e difusão de acervos de valor histórico. Essa linha de projetos tem se desenvolvido a partir de demandas à universidade, formalizadas por convênios. A metodologia adotada fundamenta-se no envolvimento e participação de servidores do órgão conveniente que contribuem com o conhecimento que tem da instituição e prepara-se, no processo, para dar continuidade e manutenção após conclusão do projeto pela universidade. O primeiro passo é a pesquisa sobre a instituição a ser trabalhada (história, organização e funcionamento); em seguida é realizado o diagnóstico do acervo para subsidiar a definição dos procedimentos técnicos a serem adotados, entre eles o de avaliação, higienização, classificação, acondicionamento e descrição dos documentos. Um dos itens de alta relevância nos projetos é o compromisso institucional com a democratização do acesso, após a realização do projeto. Como essa linha de ação depende da demanda, os projetos variam de acordo com a necessidade da entidade, podendo ter o objetivo, de forma isolada ou combinada, de elaborar a tabela de temporalidade de documentos, de orientar os processos de gestão documental, de montar um memorial, de organizar o acervo de valor permanente, entre outros.

Promoção da memória e história local

Os projetos de promoção da memória e história local em comunidades objetivam identificar os acervos existentes e mobilizar a comunidade para a sua preservação, bem como

produzir fontes por meio da história oral que complementem os registros existentes e envolvam a comunidade na construção da história e identidade locais. A adoção de metodologias participativas é fundamental nesses projetos, daí a realização de reuniões preliminares para a apresentação da proposta, encontros para a discussão do andamento do projeto, a participação da comunidade no desenvolvimento do projeto, bem como a apresentação dos resultados finais do trabalho à comunidade. Há que se destacar a participação dos professores e alunos das escolas, a partir da relação da atividade com as aulas de História, Geografia e Português. Feito o estudo preliminar sobre a história da localidade, a partir da bibliografia existente, busca-se a identificação de fontes documentais nos órgãos e entidades no município, com visitas a Prefeitura, Delegacia, Biblioteca, Cartório, Igrejas, Sindicatos, Associações, entre outros. Em seguida, são realizadas visitas domiciliares com a identificação de pessoas-chave para a realização de entrevistas que articulam a história de vida com a história local. Vale ressaltar que alguns temas tornam-se recorrentes nas falas, outros são evitados, de forma consciente ou inconsciente, pois como afirma Menezes, “se a memória costuma ser automaticamente correlacionada a mecanismos de retenção, depósito e armazenamento, é preciso apontar também como dependente de mecanismos de seleção e descarte”. (1992, p. 16). De modo geral, os depoimentos instigam a reflexão sobre o papel da memória para a reconstrução de determinados acontecimentos históricos, como também para a compreensão dos silêncios e dos esquecimentos nas zonas de sombra da história local.

Resultados e discussão

O NDIHR desde a sua criação, em 1976, vem desenvolvendo atividades nas linhas aqui apresentadas, mas estamos nos referindo nesta comunicação ao período de 1990 a 2004, no qual foram realizados doze cursos em municípios paraibanos, sendo três em João Pessoa, e um nos demais: Conde, Cabedelo, Barra de Santa Rosa, Cuité, Belém, Dona Inês, Pirpirituba, Guarabira, Pilar, Frei Martinho e Campina Grande; dez projetos de assessoria e organização de arquivos nos seguintes órgãos: Arquidiocese da Paraíba, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Comissão Pastoral da Terra, Central Única dos Trabalhadores, Assembléia Legislativa, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho, Ministério Público da Paraíba, Departamento de Estradas e Rodagens da Paraíba e Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba; projetos de promoção da memória e história local em sete municípios paraibanos; Pedras de Fogo, Ingá, Areia, Guarabira, Conde, Cabedelo e Sobrado.

Para além dos resultados que os dados quantitativos mostram, os impactos positivos desse programa são perceptíveis nas comunidades e nos órgãos e entidades atendidos, tendo em vista a divulgação e implementação de metodologias apropriadas para a resolução de problemas relativos ao acesso à informação, à preservação do patrimônio arquivístico, ao resgate da memória e construção da história local. Outro elemento de alta relevância tem sido a participação dos alunos de História e Biblioteconomia, não só pela contribuição de cada um ao processo mas, sobretudo, pela oportunidade de aproximação com outra área do conhecimento – a arquivística, de forma interdisciplinar, pelo envolvimento direto com questões ligadas ao futuro exercício profissional, e pela experiência do contato com outros setores da sociedade e oportunidade de produção do conhecimento.

Os resultados até agora conseguidos em números percentuais são poucos, diante de 223 municípios paraibanos e do expressivo número de órgãos públicos e entidades existentes no estado. Contudo, compreende-se que a semente está plantada e que este campo de ação para é bastante amplo e promissor a curto e médio prazo. À medida que o processo de conscientização do valor da memória, da história e dos seus registros, for se ampliando na sociedade também aumentarão as demandas para a universidade e para os profissionais por ela formados com conhecimento e experiência nessa área.

A legislação em vigor já aponta para esta direção, mas ainda não tem produzido os efeitos esperados ou uma mudança efetiva no sentido da preservação documental em nosso país, a exemplo da Lei nº 8.159, de 8.01.1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e detalha questões de preservação e acesso, tais como: “Art. 1º É dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. (...) Art. 25 Ficarão sujeitos à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social.”

Sem dúvida, está posta a questão da proteção do patrimônio arquivístico e a possibilidade de punição para infratores. Muitos gestores municipais e de organizações poderiam ser enquadrados como infratores, com raras exceções. Colocar a documentação municipal em depósitos sem condições mínimas, à disposição dos ratos e insetos, com alto grau de umidade, com temperaturas elevadas, entre outras atitudes similares, caracterizam uma política de destruição deliberada de documentos de valor permanente.

Conclusões

A compreensão que os acervos arquivísticos integram o patrimônio cultural da nação ainda não está difundida na população nem está sendo levada na devida conta pelos próprios órgãos públicos competentes. Parte desse descaso vem sendo justificado pela falta de recursos financeiros destinados à área cultural e patrimonial pelo estado, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), que diante da urgência de tratar do patrimônio arquitetônico e artístico, deixam o arquivístico fora das prioridades.

Em tese, os estados, municípios e órgãos públicos deveriam ter seus arquivos organizados e acessíveis ao pesquisador e à comunidade em geral. Falta a conscientização dos dirigentes dos órgãos públicos e da própria sociedade civil no sentido de entender o arquivo como um fator de cidadania, de utilidade pública, de identidade local. Sem as condições mínimas para o seu funcionamento o arquivo não exerce o seu papel de testemunhar sobre os negócios da municipalidade, de fornecer as provas de direito dos cidadãos, de subsidiar o processo decisório, de contribuir para a compreensão do processo histórico da comunidade. Ou seja, os arquivos permanentes podem desempenhar um papel fundamental na definição de políticas públicas, retratando as demandas sociais, os problemas técnicos enfrentados anteriormente, que parte do passado da comunidade está inscrito entre os registros que se encontram nos arquivos locais.

Há que se destacar a contribuição das universidades públicas nessa área e os efeitos da participação do aluno de graduação dos cursos de História e Biblioteconomia em projetos dessa natureza, contribuindo para a ampliação das competências e habilidades, bem como das possibilidades de atuação profissional. Destacamos estes cursos tendo em vista que em todo o Norte-Nordeste só funciona um curso de graduação em arquivologia, na Universidade Federal da Bahia. Sabemos das dificuldades para a implementação de um novo curso de graduação nas universidades brasileiras, o de arquivologia, e que mesmo que isto aconteça não trará por si só a solução para os problemas postos. Uma das possíveis alternativas para ampliar a ação da universidade nesse campo seria a inserção dessa temática nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação das áreas pertinentes e afins, bem como o desenvolvimento de mais projetos nessa área com as características já mencionadas de interdisciplinaridade e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A real dimensão do programa extensão Documentação e Memória, da UFPB pode ser percebida em primeiro lugar, na realização dos cursos de extensão nesta área, contribuindo para a sensibilização e mobilização local em prol da preservação dos suportes materiais da

memória, bem como para a agilidade nos trâmites burocráticos das organizações. Com os cursos, inicia-se um processo de conscientização na comunidade e nos órgãos públicos quanto aos valores do registro documental e da memória, como elementos para a história local tanto coletiva como individual.

Em segundo lugar, nas assessorias e organização de arquivos que têm agilizado o funcionamento diário de órgãos públicos, proporcionando fontes para o resgate da sua história, além de se constituir em elemento fundamental para o exercício da cidadania. Neste último caso, tanto tem sido útil para a confirmação de direitos assegurados nos documentos como para os cidadãos acompanharem a ação pública de forma transparente. Contudo, o direito constitucional de acesso à informação só poderá ser exercido quando todos os arquivos estiverem organizados e abertos ao público, contribuindo tanto para o resgate da história como para a transparência administrativa.

Em terceiro lugar, na realização de projetos de memória e história, contribuindo para a transformação da sociedade e o exercício da cidadania a partir do reconhecimento do valor de cada um na construção da cultura local e da necessidade de encontrar meios para a preservação e para o acesso ao patrimônio arquivístico.

Por fim, ressaltamos que programas e projetos dessa natureza contribuem efetivamente para estreitar as interrelações entre os diversos setores da sociedade, bem como dar maior visibilidade à função sócio-cultural da universidade.

Referências Bibliográficas

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli Arquivos Permanentes. Tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. (Diário Oficial da União, 09.01.1991)
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MACHADO, Helena Corrêa Roteiro para implantação de Arquivos Municipais. São Paulo: Porto Calendário, 1996.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A organização de arquivos: aliança entre pesquisa e extensão universitária. Revista de Extensão, João Pessoa, n. 1, p. 48-52, jun. 1996.
- LOPES, Luís Carlos. A Informação e os Arquivos. Teorias e Práticas. Niterói: EDUFF, 1996.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 189-194.
- OLIVEIRA, Daíse Aparecida. Os arquivos municipais. In: CASTILHO, A. T. de (org.). A Sistematização de Arquivos Públicos. Campinas: UNICAMP, 1991, p. 45-49.
- SANTOS, Aryklécia Pereira dos e BEZERRA, Danieli Machado. Falar e construir sobre a história. In: DIAZ, Marília, FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e PADILHA, Wilton Wilney Nascimento. Trabalho solidário. Ensinando e aprendendo no município de Sobrado. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 55-60.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A participação do NDIHR da UFPB na problemática Arquivos-História. In SÃO PAULO. Seminário "Arquivos & História". São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. p. 44-48.